



Sindipetro RJ Filiado à **FNP**
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

21 3034-7300
21 99700-2564
sindipetro.org.br
contato@sindipetro.org.br
ACESSE NOSSAS MÍDIAS

ANO 7 - Número 345 - 23 de julho de 2024



TELETRABALHO: CRESCER A MOBILIZAÇÃO!

Depois de ignorar solicitação de esclarecimentos do Sindicato por 13 dias, Petrobrás respondeu com manutenção de mudanças no regime, “neste momento”, para os cargos de chefia.

Petroleiro não é bobo!
Mobilizações nacionais devem avançar!

Na data dessa publicação (23/07), o Sindicato realizava Reunião híbrida com a categoria. **Nem um passo atrás!**

Quarta (24/07) - 10h - Assinatura de Termo Aditivo ao ACT em cerimônia no EDISEN.

Quinta (25/07) - 9h30 - FNP se reúne com RHs do Sistema, no EDISEN, para discutir novo PCCS (*pág. 3*) e Teletrabalho.

APT: Petrobrás anuncia que vai cumprir liminar obtida pelo Sindicato *Pág. 2*

TABG em estado de mobilização *Pág. 3*

Comissão Quadripartite: solução deve ser justa *Pág. 4*



PETROBRÁS TEM RECURSOS NEGADOS EM PROCESSO SOBRE SALDO AF, BH E HE

A Controladora e a Transpetro foram condenadas a pagar horas positivas de 2015 a 2019 como Horas Extras, mas ainda cabem recursos ao TST

No dia 16/07, em julgamento realizado em segunda instância pela 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), foram negados os recursos da Petrobrás Controladora e da Transpetro contra as sentenças da 6ª Vara do Trabalho em duas ações civis públicas ajuizadas pelo Sindipetro-RJ: 0100070-57.2020.5.01.0006 e 0100765-53.2021.5.01.0013.

Nas sentenças, as empresas ficam proibidas de realizarem ajuste de frequência nos cinco anos anteriores ao início de vigência do Banco de Horas (BH), que ocorreu em 01/01/2020.

O processo - As duas empresas decidiram que iriam fazer levantamento de frequência, de 2015 a 2019, e que as horas negativas apuradas se-

riam descontadas ou compensadas e que as horas positivas seriam tratadas como realizadas por interesse do empregado e, assim, não seriam pagas. Um absurdo!

O setor Jurídico do Sindipetro-RJ entrou com as contestações e ganhou liminar impedindo a manobra.

No mérito, as sentenças em primeira instância vedaram a prática das duas empresas, além de condená-las ao pagamento das horas positivas de 2015 a 2019 como horas extras.

Ao negar os recursos, o TRT manteve as sentenças em segunda instância.

Vale lembrar que o acórdão ainda não foi publicado e que ainda cabem recursos para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília.

APT: PETROBRÁS ANUNCIA QUE CUMPRIRÁ LIMINAR OBTIDA PELO SINDIPETRO-RJ

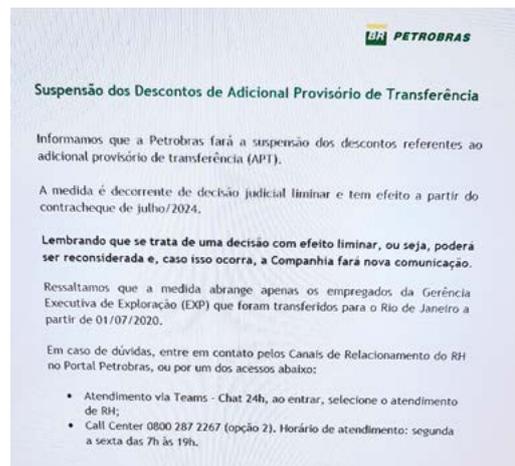
Em audiência sobre a devolução do Adicional Provisório de Transferência, concedido na pandemia de COVID-19, Petrobrás não apresenta proposta e liminar que impede desconto continua valendo

No dia 16/07, o Sindipetro-RJ participou da audiência inicial realizada nos autos da Ação Civil Pública (0100710-84.2024.5.01.0082) na qual o Sindicato busca impedir que a Petrobrás desconte dos trabalhadores lotados na Exploração os valores recebidos a título de APT (Adicional Provisório de Transferência) durante o período da pandemia - a partir de 01/07/2020 até a efetiva mudança de domicílio.

Na audiência, a Petrobrás não ofereceu qualquer proposta de acordo e, assim, o processo prosseguiu.

É importante destacar que a liminar anteriormente deferida pelo Juízo da 82ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro permanece vigente de modo que a empresa continua impedida de efetuar os descontos dos trabalhadores que estão abrangidos pela liminar.

Em comunicado, divulgado no dia 19/07, a Companhia afirmou que fará a suspensão dos descontos com efeito no contracheque de julho



abrangendo somente os trabalhadores lotados na Gerência Executiva de Exploração (EXP) que foram transferidos para Rio de Janeiro a partir de 01/07/2020, período da pandemia de COVID-19.

Atendimento do setor Jurídico:
21 3034-7300, 2ª a 5ª, 10 às 18h
e-mail: juridico@sindipetro.org.br

TRABALHADORES DO TABG EM ESTADO DE MOBILIZAÇÃO

Expostos a riscos diariamente, petroleiros protestam com entrega da Brigada de Incêndio

Em assembleia e setoriais ao longo das últimas semanas, os trabalhadores dos Terminais Aquaviários da Baía de Guanabara decidiram reagir contra o baixo efetivo, problema muito antigo que vem sendo apresentado pelas representações sindicais, tanto do Sindipetro-RJ quanto da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), em todas as reuniões e Grupos de Trabalho com prepostos das empresas - seja com a Transpetro, seja com a Petrobrás Controladora - sem que haja soluções adequadas ao tamanho do problema.

Não dá mais para esperar!

A situação está para lá de insustentável!

A manutenção do efetivo reduzido debilita a segurança nos Terminais, nas comunidades do entorno e adocece os trabalhadores. E, pior, esse problema não está acontecendo somente no TABG, mas em TODAS as unidades operacionais. Basta!

Em assembleia no dia 22/07, os trabalhadores deliberaram entregar a brigada de incêndio e não realizar o treinamento virtual (AVA) no horário de trabalho, que acaba causando redução ainda maior no efetivo.

Na pauta: o imediato restabelecimento do quantitativo operacional com vistas à segurança das ope-

rações nos Terminais; adicional de confinamento que tem o impacto diário na vida dos trabalhadores; cumprimento do ACT quanto ao tratamento do tempo excedente como HETT.

Os trabalhadores acompanham e estão juntos na luta nacional contra as injustiças com relação à RMNR; por teletrabalho no ACT; fim do PPP; PLR única e integral para todo o Sistema Petrobrás; mais investimentos partindo da empresa mãe; incorporação das subsidiárias à Petrobrás; investimento em pesquisas; mais concursos públicos; trazer de volta as malhas de gás, Liquigás, BR Distribuidora; fim dos PEDs assassinos; e grande investimento em energias renováveis.

Comissão de SMS debate situação na Transpetro - No dia 16/07, a FNP e o RH da Petrobrás realizaram reunião híbrida para discutir questões de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). Na pauta, a valorização dos brigadistas da Transpetro, o reconhecimento da exposição dos trabalhadores a agentes de risco, incidentes e acidentes nas bases da FNP, diretrizes da NR-5 sobre assédio e a participação dos sindicatos e das CIPAs nas investigações de assédio. O RH prometeu devolutivas em até 30 dias.



Durante o processo de construção do novo Plano, o Sindicato vai disponibilizar ferramentas colaborativas e de consulta para a categoria



Sindipetro-RJ em curso de especialização sobre o tema

APetrobrás reagendou para a próxima quinta (25) a reunião que estava marcada para o dia 17/07. O objetivo é iniciar os debates com a Federação Nacional dos Petroleiros sobre o novo plano de cargos e salários - um dos compromissos do ACT vigente.

O Sindicato está sendo assessorado por uma consultoria especializada, contratada para a qualificação dos dirigentes sindicais que estarão à frente deste processo, visando a construção de um plano que atenda todos os anseios dos petroleiros.

Fique ligado e acompanhe as publicações da Comunicação do Sindipetro-RJ



COMISSÃO QUADRIpartite: SOLUÇÃO DEVE SER JUSTA

Tarefa da Comissão Quadripartite será consolidar propostas de solução aos PEDs combinado com o encaminhamento nas instâncias de Governo, inclusive da fiscalização do TCU - órgão assessor do poder legislativo, visando suas aprovações

No dia 17/07, os participantes da Comissão Quadripartite para a Resolução dos Equacionamentos na Petros estiveram reunidos em Brasília dando início aos trabalhos para acabar com os planos de equacionamento de déficits (PEDs) do Fundo Petros que achatam cada vez mais os contracheques dos petroleiros, principalmente dos aposentados numa situação que tornou-se insustentável.

Nesta primeira reunião, se estabeleceu o formato de funcionamento da Comissão com reuniões semanais todas as quintas, às 15h.

A Previc e a Sest receberam informações iniciais das outras partes sobre o que se trabalhou nas reuniões do GT Petros entre meados de 2023 e maio deste ano.

A primeira tarefa será levantar um “quadro de barreiras e desafios que a Comissão vai enfrentar para encaminhar uma solução que atenda aos trabalhadores, aposentados e pensionistas de modo a ser aprovada nas instâncias de governo e de controle como o Tribunal de Contas da União”. Veja a nota completa divulgada pela Comissão:



Luta deve ser permanente - A Comissão é formada por representantes das entidades que compõem o Fórum em Defesa dos Participantes da Petros, a Petrobrás, a Petros e dois órgãos do governo federal - a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) do Ministério da Previdência Social e a Secretaria de Coordenação e Governança das

Empresas Estatais (SEST) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

O Fórum é composto pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Federação Única dos Petroleiros (FUP), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos (Conttmáf), Federação das Associações de Participantes de Fundos de Pensão, Anistiados, Empregados e Ex-Empregados do Sistema Petrobrás e Petros (Fenaspe) e Associação de Mantenedores-Beneficiários da Petros (Ambep).

Que a Petrobrás pague sua dívida - A criação da Comissão Quadripartite resultou da mobilização que ocorreu há um mês reunindo aposentados, pensionistas e trabalhadores da ativa em ato unificado no dia 20/06, seguido de acampamento-vigília que durante duas semanas ocupou a entrada do Edifício sede da estatal. Também será a mobilização que assegurará o aprimoramento de toda e qualquer proposta do Governo e da Petrobrás que por ventura seja construída e formalizada a partir dos trabalhos da Comissão.

Veja o vídeo-informativo com o diretor do Sindipetro-RJ e conselheiro deliberativo eleito Petros, Vinícius Camargo, e compartilhe:



Aposentados: acesse o Boletim Especial de Julho no QR-Code:



TODO APOIO AOS TRABALHADORES DO IBAMA, ICMBIO E INSS EM GREVE

Foto: ASCEMA NACIONAL



O Sindipetro-RJ se solidariza com essas categorias em luta e chama outros sindicatos a se solidarizarem. O governo federal entrou com ação no STF para punir os grevistas no setor do Meio Ambiente, impondo até corte salarial! E vem usando a velha tática das restrições do orçamento público para impedir o avanço de todas as pautas de grevistas no País. Leia mais:

